

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: OS DESAFIOS DE INCLUIR ESTUDANTES AUTISTAS

Data de aceite: 01/07/2024

Michely Queiroz de Lima Menezes

Doutoranda em Ciências da Educação
Faculdade de Ciências Sociais
Interamericana (FICS)

Juçara Aguiar Guimarães Silva

Doutoranda em Ciências da Educação
Faculdade de Ciências Sociais
Interamericana (FICS)

Regina Claudia Medeiros dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação
Faculdade de Ciências Sociais
Interamericana (FICS)

Elineide Cavalcanti de Oliveira

Doutoranda em Ciências da Educação
Faculdade de Ciências Sociais
Interamericana (FICS)

Elaine Lima Nascimento

Doutoranda em Ciências da Educação
Faculdade de Ciências Sociais
Interamericana (FICS)

Mirian Roberta dos Santos Fujiyoshi

Doutoranda em Ciências da Educação
Faculdade de Ciências Sociais
Interamericana (FICS)

Acilane Pinto da Silva

Mestre em Tecnologias Emergentes em
Educação pela MUST University em
Educação

Maria Claudia Gama Fialho Macêdo

Mestre em Educação Básica -
Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE)

Daniela Rodrigues de Godoy

Mestranda em Tecnologias Emergentes
em Educação pela MUST University

Eliane Pereira Lopes

Doutoranda em Ciências da Educação
Faculdade de Ciências Sociais
Interamericana (FICS)

Eliana Maria de Sousa Lima e Sousa

Doutoranda em Ciências da Educação
Faculdade de Ciências Sociais
Interamericana (FICS)

RESUMO: O autismo tomou grande visibilidade na sociedade no século XXI, visto não somente na esfera educacional, mas em toda a esfera populacional, assim o trabalho com a criança autista não depende somente da escola e sim de mais profissionais como psicólogos, fisioterapeutas e a família. Diante tal perspectiva, o estudo desse artigo se justifica a abordagem do tema, autismo na educação infantil, buscando adentrar sobre as diferenças no contexto escolar é

de suma importância, desafiando a escola rever concepções e paradigmas e também criar espaços inclusivos, de modo a respeitar e valorizar a diversidade entre os alunos. O objetivo geral consiste em abordar a educação inclusiva, com ênfase nas ações auxiliares no processo de ensino do autismo, despertando o interesse pelos estudos desses alunos e o lado humano de todos envolvidos. A metodologia usada é de caráter bibliográfico com autores da área como desde pensamentos de Freire (1996); Mantoan (2003); Mazzotta (2003); Orrú (2009) e Perrenoud (2000). Concluindo com o estudo a importância da inclusão desses alunos, a atuação do professor dentro da sala de aula e sua forma de abordar os ensinamentos para com o aluno autista.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Educação Especial; Inclusão; Escola.

ABSTRACT: Autism has gained great visibility in society in the 21st century, seen not only in the educational sphere, but throughout the population, so work with autistic children does not depend only on the school but on more professionals such as psychologists, physiotherapists and the family. Given this perspective, the study of this article justifies the approach to the topic, autism in early childhood education, seeking to delve into the differences in the school context is of utmost importance, challenging the school to review conceptions and paradigms and also create inclusive spaces, in order to respect and value diversity among students. The general objective is to address inclusive education, with an emphasis on auxiliary actions in the process of teaching autism, awakening interest in the studies of these students and the human side of everyone involved. The methodology used is of a bibliographic nature with authors in the area such as thoughts by Freire (1996); Mantoan (2003); Mazzotta (2003); Orrú (2009) and Perrenoud (2000). Concluding with the study the importance of including these students, the teacher's role within the classroom and his way of approaching teachings towards autistic students.

KEYWORDS: Autism; Special education; Inclusion; School.

INTRODUÇÃO

Apesar de tratar-se de uma das mais simples características do ser humano, a diversidade ainda é um assunto que gera bastante polêmica. É certo que todos são diferentes. Diferentes quanto ao sexo, religião, raça, classes sociais, condições físicas, enfim por várias características. Porém nota-se grande dificuldade em lidar com as diferenças assim gerando preconceito e várias outras formas de discriminação. No ambiente escolar, lidar com as diferenças é um desafio, pois a escola é o ambiente que recebe toda essa diversidade e se deve garantir um local de tranquilidade, respeito, solidariedade e paz.

No Brasil milhares de pessoas possuem algum tipo de deficiência e estão sendo excluídas, discriminadas nas comunidades em que residem e até mesmo no mercado de trabalho, além do ambiente escolar, visto que as crianças são mais perceptíveis e logo notam as diferenças entre si. O processo de exclusão social das pessoas com alguma dificuldade de aprendizado ou deficiência física ainda é forte, mesmo no século XXI, assim justifica-se a abordagem do tema, autismo na educação infantil, visto como a abordagem

sobre as diferenças no contexto escolar é de suma importância, desafiando a escola rever concepções e paradigmas e criar espaços inclusivos, de modo a respeitar e valorizar a diversidade entre os alunos.

O objetivo geral consiste em abordar a educação inclusiva, com ênfase nas ações auxiliares no processo de ensino do autismo, despertando o interesse pelos estudos desses alunos e o lado humano de todos envolvidos. Os objetivos específicos, são de abordagem sobre o ambiente escolar, o aluno autista na educação infantil e os processos de inclusão na escola.

A metodologia presente do desenvolvimento desse estudo, deu-se de caráter bibliográfico, enfatizando os autores da área como Freire (1996); Mantoan (2003); Mazzotta (2003); Orrú (2009) e Perrenoud (2000). Os locais de busca confiáveis e legalizados como bibliotecas da faculdade, artigos e livros já publicados e encontrados nos sites da Scielo.

O AUTISMO

Orrú (2007) cita que o autismo é uma palavra originada do grego (autós) no qual significa por si mesmo, termo usado na psiquiatria para denominar os comportamentos humanos que se centraliza para si. O termo autismo foi usado pela primeira vez por um médico suíço Eugen Bleuler em 1912, no qual destina-se para enfatizar o comportamento de alguns indivíduos, no qual mais tarde forma diagnosticados com esquizofrenia.

Pesquisadores sempre buscavam compreender e argumentar por meio de estudos a síndrome do autista, tendo como pioneiro na área de estudos o psiquiatra austríaco Leo Kanner, na década de 40, nos Estados Unidos, tendo uma pesquisa com onze crianças que continha os distúrbios e características em comum, no qual identificou que entre elas, a incapacidade de se relacionar com outras pessoas era a mais comum e frequente.

Kanner então usou o termo Autismo para descrever sua pesquisa, o artigo “Autistic Disturbance of Affective Contact” (Distúrbio Autístico do Contato Afetivo), que descreve ainda a ausência dessas crianças em se relacionar com outras. Kanner se tornou psiquiatria, além de pediatra, direcionando seus estudos para a área psicológica, reconhecendo tal como algo físico depois atestando como um problema psicológico deixando claro suas conclusões sobre o distúrbio (GAUDERER, 1997).

Quando se conceitua uma deficiência, logo se afirmar que são diferentes as condições motoras na qual se destina a esse indivíduo comprometendo sua mobilidade, sua coordenação, sua fala e demais categorias. Quando essa criança se torna aluno pode apresentar um comprometimento que pode ser caracterizado e definido como uma desvantagem resultando na in capacidade, limitações e barreiras (WOLFERBERG, 2013).

Belisario (2010) traz que o autismo é considerado então um transtorno psicológico que toma questões sociais, emocionais, afetivas, cognitivas e motoras, mesmo que a compreensão desse transtorno possa ser executada através de inúmeras abordagens

psicológicas, para que se tenha uma forma de atuar na área da educação, ou seja, gerando inclusão, é preciso ver o aluno autista e o seu processo de aprendizagem de forma única.

Segundo Grinker (2010), o autismo foi considerado por muitos anos uma doença invisível, devido à falta de clareza sobre a atuação e o impacto na vida humana quanto aos diagnósticos, levando conceitos de esquizofrenia, psicose infantil e afins.

O nome Autismo Infantil segundo Bosa e Baptista (2002) classifica-se dentro dos conceitos de transtornos mentais. O CID - Código Internacional de Doenças (*The International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems – ICD*), traz que o autismo possui classificação em transtorno mental e comportamental. Já o DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual for mental Disorders*), DSM – 5, traz o autismo em sua classificação como um transtorno global do desenvolvimento (TGD), que se caracteriza pelo desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e na comunicação, essas características são bem marcantes na síndrome do autismo (FARIAS; BUCHALLA, 2005).

O CID-10 conceitua o autismo dentro da classificação de Transtornos Invasivos de Desenvolvimento (TID), definindo o mesmo como um agrupamento de transtornos caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais e recíprocas, tendo ainda dificuldades de comunicação e possui uma restrição de atividades, estereotipadas e repetitivas (MICCAS; VITAL e D'ANTINO, 2014).

Farias e Buchalla (2005) enfatiza que o autismo tem sua classificação dentro da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde CIF, pela OMS que apresenta o foco mais na funcionalidade dos sujeitos. A CIF introduz a luz da funcionalidade, tendo em vista a avaliação ambiental, estrutura física, aspectos externos e a participação desse indivíduo no meio social. É preciso ressaltar que a OMS, o CID-10 e a CIF são complementares para as informações de diagnósticos.

Por meio das pesquisas, o autismo foi classificado como TEA – Transtorno do Espectro Autista, sendo que ainda dentro dessa classificação se encontra o Transtorno Autista, Transtorno de Asperger e Transtornos Invasivos do Desenvolvimento sem outra especificação) e está documentado no DSM-5, o qual apresenta duas principais características para o diagnóstico: comunicação-interação e comportamento (TAMANAHA; PERISSINOTO e CHIARI, 2008).

O autismo então possui características marcantes, considerando entre elas as alterações sensoriais, sendo ainda uma barreira para a medicina quanto ao diagnóstico e o tratamento de pacientes. Mesmo com tantas pesquisas, os médicos relatam que existe ainda uma falta de estrutura diante a área cerebral desses pacientes, representando uma diversidade de sintomas e apresentando variações cerebrais de um indivíduo para outro, logo faz com que a doença não tenha um padrão único de diagnóstico (MICCAS; VITAL e D'ANTINO, 2014).

Em geral, os sintomas apresentam-se antes dos setes anos de idade, presentes em mais de um contexto, como escola e residência, não ocorrendo exclusivamente na presença de um transtorno global de desenvolvimento, como TDHA, não constituindo de critérios para diagnósticos de outro transtorno mental como de humor ou ansiedade (APA, 2002).

A criança autista, em geral, traz outras características, como medos, fobias, alterações de sono e humor, alterações alimentares, agressividade e apresentam déficit em quatro áreas, sendo pobreza a imaginação, não uso e compreensão de gestos, não uso de linguagem verbal com o objetivo de comunicação (MICCAS; VITAL e D'ANTINO, 2014).

Em algumas crianças, ainda pode-se acometer a falta de contato visual, sem explorar os objetos, preferindo a sensação do tato ou olfato, em outro lado outras mantém o contato visual intenso com a impressão de que o olhar se tem fixo a outra pessoa (CAMARGOS et al., 2005).

Fonseca (2014) aborda um dos mitos quanto as características do autista, em trazer que são crianças que criam e vivem em sua própria realidade interagindo somente com o que criam. O autor ainda ressalta que o que ocorre é que as crianças autistas podem apresentar dificuldades em iniciar, manter e terminar de forma coerente uma conversa ou interação social, o que leva as pessoas a generalizarem o fato.

O Brasil é um país de diferenças culturais, diferenças de classes sociais, de infraestrutura em geral assim a cidades quanto mais distantes dos grandes centros urbanos menos investimento são aplicados e informações dependendo da região em que a pessoa mora fica mais difícil diagnosticar e tratar de maneira correta dando a atenção que corresponde a cada criança, a falta de acesso à informação é a barreira maior em que em muitos estados acabam encontrando, a região mais pobre dificilmente será diagnosticado e tratado, nem ao menos em sua grande maioria tem um índice que aponte o número de crianças portadoras da Síndrome (CAMARGOS et al., 2005).

O Ambiente Escolar

A escola é um espaço sociocultural, em que é possível encontrar pessoas “diferentes” já que a formação cultural do Brasil se caracteriza pela miscigenação de etnias e culturas, pela continua ocupação de regiões, pela diversidade de fisionomias e paisagens. Nessa perspectiva a abordagem sobre as diferenças no contexto escolar é de suma importância, desafiando a escola rever concepções e paradigmas e criar espaços inclusivos, de modo a respeitar e valorizar a diversidade entre os alunos. (DARIDO; RANGEL, 2005).

O maior problema para os docentes está em encontrar estratégias de ensino diversificado que ultrapasse programas e conteúdos um trabalho contínuo e que faça sentido a todos aqueles que fazem parte do cotidiano escolar. O grande desafio que se coloca é a necessidade de entender a relação entre a cultura e a educação. De um lado está a educação e do outro a ideia de cultura como lugar ou fonte, de que se nutre o processo educacional, onde se formam pessoas e consciências. (SOARES, 2003)

Daí então necessidade de uma educação escolar integradora, voltada para a diversidade, que respeitem as diversidades culturais, étnicas, religiosas dentre outras, existente no contexto escolar. Trabalhar as diferenças é trabalhar suas próprias concepções acerca do que é ser diferente, a sua própria postura diante de reações discriminatórias e vexatórias, é lidar com toda a diversidade de forma respeitosa e solidaria, essa postura dever vir do professor que deve colocar em questão duas próprias concepções diante dessa temática. Que a escola não seja um ambiente de reprodução de preconceitos, mas sim espaço de promoção e valorização da diversidade que enriquecem a sociedade brasileira. (ROESCH, 2001).

A população brasileira se tem por uma população caracterizada por uma cultura afrobrasileiro e que se trabalham nos âmbitos educacionais, onde se cabe em apoiar e valorizar a cultura negra, em principal as crianças, onde não se constitui em um gesto de bondade e sim na preocupação e valorização da identidade dos brasileiros nessa raiz negra e africana. Caso haja a insistência e a desconsideração dessa descendência, é como a negação de um passado onde não já não se é mais. É preciso que haja uma luta contra os preconceitos que se leva a desprezar as raízes passadas, negras e indígenas da cultura brasileira onde desconsiderá-las, é desconsiderar a si. (DARIDO; RANGEL, 2005).

A partir do conhecimento da diversidade, é que se devem traçar a estratégia pedagógica e determinar os métodos, as vias, os procedimentos que não podem ser tão rígidos por existirem tantos caminhos a reconhecer. Sempre tentamos enquadrar definir, delimitar a diferença. Sempre colocamos rótulos naquilo que não compreendemos, a fim de melhorar lidar com o que difere de nós. Antes de ouvirmos, antes de ouvirmos, antes de abrimo-nos e acolhermos o que está diante de nós, partimos na frente, afirmamos e determinamos categorias e adjetivos. Esse é o nosso maior erro e a maior violência que cometemos. Partimos de nossos referenciais, de nossas certezas centradas em nós mesmos e julgamos, condenamos e preconceituoso. (ROESCH, 2001).

As diferenças fazem parte de um processo social cultural e que não são para explicar que homens e mulheres negros e brancos, distingue entre si, é antes entender que ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão. (SOARES, 2003)

Ao conceituar uma deficiência afirma-se que são diferentes as condições motoras que se refere a essa pessoa comprometendo sua mobilidade, coordenação, fala e demais categorias, o aluno especial apresenta um comprometimento que pode ser definido como uma desvantagem resultando na incapacidade, limitação ou empecilho de realizar algo. É valido sempre lembrar que todos possuem uma certa dificuldade em realizar algo na rotina, outros as vezes aprendem e possuem facilidade melhor para algumas coisas que outras. É preciso que se enxergue as dificuldades do outro se faz repensar as próprias dificuldades (WOLFEBERG, 2013).

O autismo, é considerado um transtorno psicológico que aborda questões sociais, emocionais, afetivas, cognitivas e motoras, mesmo que a compreensão desse transtorno possa ser executada através de inúmeras abordagens psicológicas, para que se tenha uma forma de atuar na área da educação, ou seja, gerando inclusão, é preciso ver o aluno autista e o seu processo de aprendizagem de forma única (BELISARIO, 2010).

Saber lidar com as condições do autismo dentro da área da educação infantil, é um desafio para professores e escola, visto que o meio social que o autista convive precisa ser adaptado para inclusão e trazer essas crianças portadoras de TEA para o meio social. Os alunos portadores do autismo, ou alguma outra deficiência, não são totalmente incapazes de realizar alguma tarefa, e sim são questões de adaptações, limitações e respeito a si mesmo readequando para o melhor desempenho (WOLFEBERG, 2013).

De acordo com Wolfberg (2013), as crianças portadoras de TEA – Transtorno do Espectro Autista, em geral, encontram desafios na integração com os demais quando se adentra as brincadeiras e jogos, ou qualquer outra atividade lúdica, como: poucas oportunidades de jogar: pouco ou nenhum tempo para jogar com ou sem outras crianças; o jogo, ainda, não é considerado uma atividade legítima; dá-se prioridade a atividades altamente estruturadas e dirigidas por adultos na educação e nas terapias. Insuficientes meios para jogar: poucos profissionais e cuidadores têm conhecimento adequado, habilidades e experiência para apoiar, efetivamente, as crianças portadoras de autismo em experiências essenciais de jogo. Acesso desigual a ambientes de jogos apropriados: a maioria dos ambientes de jogo adaptados falha em considerar as necessidades únicas sociais, simbólicas e sensoriais das crianças autista.

A exclusão das crianças autista da cultura do jogo: as outras crianças, em geral, rejeitam ou ignoram as crianças quando percebem que não se encaixam nas regras esperadas de grupo; as outras crianças não sabem interpretar as maneiras sutis e não comuns que os autistas têm para expressar seus interesses para jogar e socializar. (BELISARIO, 2010).

A inclusão do aluno autista na área infantil, preocupa os educadores pelo fato da atuação na sala de aula e nas atividades básicas rotineiras. Os debates sobre inclusão no âmbito educacional geram o foco para as crianças que possuem alguma barreira, onde o papel do educador é fundamental para a inclusão, aceitação dos demais, segurança do aluno especial e aproveitamento de atividades. (ÂNGELO, 2003).

Esses desafios apresentados são influentes no aspecto do progresso de desenvolvimento da criança autista na educação infantil. As observações da autora também nos fazem repensar os métodos e práticas observadas, que muitas vezes são atividades que comportam mais a exclusão do que a inclusão. Assim, o caráter integrador precisa compor uma parte desse processo de ligação da ludicidade com o dia a dia da criança autista no contexto escolar (ORRÚ, 2009).

Essas adaptações realizadas se expressas em um plano individual adequado, promovem claramente avanços no comportamento e na integração das crianças portadoras do autismo no âmbito da Educação infantil. É preciso destacar que nesses aspectos a ludicidade é imprescindível na evolução da prática pedagógica direcionada e inclusiva (WOLFBERG, 2013).

Em regra, não existe uma diretriz ou norma clara de como se deve trabalhar com os autistas na educação, pois logo, cada indivíduo expressa o transtorno de forma diferente o TEA e assim deve ser olhado de forma subjetiva, justamente por isso, duas crianças com o mesmo diagnóstico pode responder de forma distinta as mesmas atividades pedagógicas, trazendo mais desafios aos professores e coordenadores (MANTOAN, 2003).

Sasaki (2009, p.41), considera a inclusão social:

A inclusão social é pensada como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus programas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, ao mesmo tempo, preparar-se para assumir seu papel na sociedade. Portanto, a inclusão social é um processo de mão dupla em que as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, juntos, resolver problemas, decidir soluções e resultar em igualdade de oportunidades para todos.

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a criação de um novo tipo de sociedade por meio de mudanças, pequenas e grandes, no ambiente físico (espaços internos e externos. Bens, aparelhos, utensílios, móveis e transportes) e no entorno. áreas. a mente de todas as pessoas, portanto também uma pessoa com necessidades especiais (SASSAKI, 2009).

Os professores têm um papel fundamental nessa fase com o compromisso de reduzir as desigualdades sociais, promovendo o bem de todos. A instituição também possui suas responsabilidades, promovendo as crianças oportunidades para ampliar suas responsabilidades de aprendizado e compreensão do mundo no qual vivemos, assim como ajudar as crianças a construir valores e condutas de respeito e solidariedade ao próximo, traz a afirmação quanto as diferenças sem afetar os demais (ITANI, 2017).

A inclusão proporciona então a interação e o conhecimento dos alunos com o mundo proporcionando a construção do conhecimento. A inclusão social é o processo que garante onde as pessoas de menor poder aquisitivo e oportunidades e exclusão social acedam as oportunidades e aos recursos necessários que sobressai da maioria das pessoas de esfera econômica, social e cultural onde beneficiam a todos considerando normal para a sociedade que se vive (PAPIM, et al., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão da pesquisa sobre o tema, conclui-se que os alunos especiais, seja autista ou com qualquer outra deficiência, não são doentes, porém possuem alguns transtornos ou atrasos de desenvolvimento, causado por inúmeras possibilidades neurológicas ou de origem biológica.

O desenvolvimento é variado de acordo com o tipo do transtorno, que envolve vários sintomas que acarretam problemas no desenvolvimento social e psíquicos, sendo que a doença, pode ser provocada pela má formação genética, doença autoimune, ou por vírus, bactérias e estresse, assim é o desequilíbrio da saúde física, mental ou emocional de um organismo vivo.

O processo de inclusão dos alunos especiais é essencial para que se tenha o desenvolvimento do mesmo. Ao pensar em diversidade e inclusão, logo emite-se uma ideia de que não é simplesmente olhar os alunos e buscar formas de inclui-los nas atividades de qualquer forma, e sim buscar maneiras de propor atividades que serão capazes de reproduzir conforme suas capacidades e limitações, sem deixar que o desempenho dos demais apresentem declínio.

Assim, dentro da área de educação infantil, o autismo exige um profissional dedicado e comprometido com o aprendizado desse aluno, indo além do papel de professor e incluindo o lado humano e afetivo, trabalhando o comportamento como a inclusão deste ao meio escolar, a criatividade explorando suas habilidades através de brincadeiras e atitudes positivas agregando no desenvolvimento desse aluno, sendo que assim, esse professor trabalha não somente o lado escolar e impacta em um desenvolvimento integral: motor, físico, social e cognitivo.

Trabalhar com a diversidade em sala cria oportunidade a todos da escola, incluindo aqueles que são apresentados limitações e prioriza o respeito dos demais ao próximo. Assim compreende-se que o trabalho atingiu os objetivos propostos ofertando conhecimento do tema, através da pesquisa e dos autores citados no decorrer do artigo, para toda a população que tiver acesso a esse estudo.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, L. F. **Saúde, Psicologia, Esporte e Atividade Física**: um encontro necessário. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003

APA. American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. (4ª ed.). Porto Alegre: Artmed. 2002.

BELISARIO JUNIOR, J.F. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: MEC; Secretaria da Educação Especial; Fortaleza: UFC, 2010.

BOSA, C.; BAPTISTA, C.R. **Autismo e Educação**: Reflexões e Propostas de intervenção. Autismo: Atuais Interpretações para Antigas Observações, Porto Alegre: Artmed, 2002.

DARIDO, S. C; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C.M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Rev. bras. epidemiol.** [online]. 2005, vol.8, n.2, pp.187-193. ISSN 1980-5497. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2005000200011>.

FONSECA, V. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Rev. psicopedag.** vol.31 no.96 São Paulo 2014

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAUDERER, C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**: Guia Prático para profissionais e pais. 2ª ed. Revista e ampliada, RJ: Ed. Revinter, 1997.

GRINKER, R.R. **Autismo: um mundo obscuro e conturbado**. Tradução de Catharina Pinheiro. São Paulo: Larrousse do Brasil. 320pp. 2010.

ITANI, Alice. **Vivendo o preconceito em sala de aula**. In: AQUINO, Júlio Groppa (org). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

MANTOAN, M.T. **Inclusão social**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MICCAS, C.; VITAL, A.A.F.; D'ANTINO, M.E.F. Avaliação de Funcionalidade em Atividades e Participação de Alunos com Transtornos do Espectro do Autismo. 2014, vol. 31, ed. 94. **Revista de Psicopedagogia**. Disponível em: <https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/82/avaliacao-de-funcionalidade-em-atividades-e-participacao-de-alunos-com-transtornos-do-espectro-do-autismo>.

ORRÚ, S. E. **Autismo, Linguagem e Educação**: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**: das intenções a ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000

ROESCH, Isabel Cristina Correa. **Docentes Negros**: um estudo sobre seus histórias de vida. Dissertação (mestrado) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Centro de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação, Santa Maria, 2001.

SOARES, J.F Quality and equity in Brazilian basic education: facts and possibilities In: **SEMINARIO SOBRE EDUCAÇÃO BRASILEIRA**, fev. 2003. Oxford. Anais Oxford: University of Oxford, 2003

TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Rev. soc. bras. fonoaudiol.**, São Paulo, v. 13, n. 3, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151680342008000300015&lng=pt

WOLFBERG, Pamela. **Juego y el Espectro Autista**: Fomentando Experiencias Sociales Significativas con Familia y Amigos. 2013. Disponível em: <<http://fundacionsoycapaz.org.pa/images/blogs/simposios/simposio7/Juego%20y%20el%20espectro%20autista%20-%20Dra%20Pamela%20Wolfberg.pdf>>.

PAPIM, A.A.P.; ARAUJO, M.A.D.; PAIXÃO, K.M.G.; SILVA, G.F. **Inclusão Escolar**: Perspectivas e Práticas Pedagógicas Contemporâneas. Porto Alegre – RS. Editora Fi, 2018.

SASSAKI, R.K Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar. /abr. 2009, p. 10-16.